COMÊÇO E DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O PARAGUAI E AS POTÊNCIAS EUROPÉIAS (1811-1870) (*).

“A República do Paraguai, país situado no coração da América do Sul é até hoje para o europeu um dos lugares menos conhecido dêste continente”.

Se pensarmos melhor, não há razão para tal afirmação pois aquêlê país mantém, como qualquer outra potência no mundo, não só relações comerciais, mas também diplomáticas com muitíssimos países em tôdas as partes do mundo.

Em Assunção, capital da República, cidade fundada em 1537, quarenta embaixadas e legações estrangeiras têm atualmente sua sede. Dos países europeus existem sete embaixadas e nove enviados, a saber: do Vaticano, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Espanha, Bélgica, Suíça, Dinamarca, Itália, Suécia, Iugoslávia, Áustria, Países-Baixos, Turquia, Noruega, além de um representante da Ordem Soberana de Malta, Ordem que tem sua sede em Roma.

O Governo do Paraguai mantém na Europa seis embaixadas e dezenove consulados. O embaixador na Alemanha está acreditado também perante os governos da Noruega, Suécia e Dinamarca. O embaixador no Vaticano representa o seu país perante a Ordem Soberana de Malta e a Áustria. O embaixador na Itália está acreditado também perante o govêrno da Suíça, e o embaixador da França perante o govêrno da Bélgica. Há também embaixadas na Grã-Bretanha e na Espanha. As tradicionais boas relações da República do Paraguai com os países europeus remontam aos meados do século passado (1).

(*) . — Texto em espanhol traduzido pelo Lic. Vivaldo W. F. Daglione.

Abreviaturas usadas nas notas de rodapé:

ANA = Archivo Nacional de Asunción.

AGNA = Archivo General de la Nación Argentina.

R. B. = Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Visconde do Rio Branco (Nota da Redação).

(1). — República del Paraguay. Ministerio de Relaciones Exteriores. Lista Diplomática. 1958.

A história da diplomacia paraguaia e especialmente das relações diplomáticas com as diversas potências européias, têm seu comêço durante o Govêrno de Dom Carlos Antônio Lopez (1841-1862) (2).

Cento e vinte anos antes, bem pouco se conhecia na Europa sôbre o Paraguai. Durante a época do ditador Frância não só se tinham rompidos tôdas as relações comerciais com o exterior, mas também evitava-se o estabelecimento de relações diplomáticas com outros países.

Foi por tal motivo que o Paraguai foi errôneamente denominado "A China da América do Sul".

José Gaspar de Frância procurava estabelecer no ano de 1813 relações comerciais com a Inglaterra, por intermédio do comerciante inglês Robertson, que comerciava entre Buenos Aires e Assunção. Por meio de um comércio direto acreditava poder garantir o apôio da Inglaterra para a navegação dos rios Paraguai e Paraná. Foi nesse sentido que Frância expressou-se numa nota do ano de 1825, dirigida ao Cônsul Geral da Inglaterra, residente em Buenos Aires, Sir Woodbine Parish (3). Mas anteriormente Parish já tinha escrito a Frância, expressando a possibilidade de enviar um cônsul inglês a Assunção e iniciar as relações amigáveis entre os dois países (4).

A realização de tal idéia dependia muito especialmente de um tratado prévio entre o Paraguai e as Províncias do Rio da Prata, já que por tal território deveria realizar-se o intercâmbio comercial (5).

Por parte da França também foram feitas tentativas no sentido de estabelecer-se relações, quando no ano de 1819 o capitão francês Pedro Seguier, aparentemente atuando em nome do rei da França, procurou iniciar pessoalmente relações comerciais com o Paraguai (6).

(2). — J. P. and W. P. Robertson, *Letters on Paraguay, comprising an Account of a four years' Residence in that Republic under the Government of the Dictator Frância*. London 1838. Tomo II, pág. 279 e sgtes.

(3). — J. P. and W. P. Robertson, *Frância's Reign of Terror. Being the continuation of Letters on Paraguay*. London 1839. Tomo III, pág. 258; Bernardino Villamayor and W. Parish, *Asunción*, 26-1-1825, RB I-30, 7, 38.

(4). — W. Parish a Frância, B. Aires, 17-7-1824, RB I-30, 7, 38.

(5). — W. Parish a Frância, B. Aires, 14-4-1825, RB I-30, 7, 38.

(6). — Correspondência vária em RB I-30, 6, 91; Efraim Cardozo, *Paraguay Independent. Historia de América y de los Pueblos Americanos*. Tomo XXI. Barcelona 1949, pág. 62; Julio Cesar Chaves, *El Supremo Dictador*. 3a. edición. Buenos Aires 1958, pág. 316.

O Dr. França impediu em 1824 que o Cavaleiro de Guandsir, que fôra enviado ao Paraguai pelo "Institut Français" para tentar obter a libertação do cientista Aimé Bompland, chegasse até Assunção, uma vez que desconfiava dos franceses (7).

Também a intervenção de Parish para conseguir a liberdade de Bompland foi nula, pois Parish não tinha conseguido nada de positivo com relação aos desejos de França, citados acima, sobre uma garantia da Grã-Bretanha com relação à livre navegação dos rios pertencentes à bacia do Prata (8). Foi assim que até o ano de 1840 foram frustrados todos os esforços para estabelecer relações com os países europeus, por meio de agentes. Carlos Antônio Lopez reconheceu como uma das primeiras condições para garantir a independência da República, a necessidade de que ela fôsse aceita pelas grandes potências européias. Com segurança e justiça partiu Lopez da premissa que de tal maneira seria possível estabelecer um equilíbrio com as exigências políticas provenientes de Buenos Aires, uma vez que os países europeus, como Inglaterra, França e Itália tinham interesses políticos e financeiros nos países do Rio da Prata. Esses interesses eram evidenciados pelas intervenções anglo-francesas e também pela presença constante das frotas dos referidos países na bacia do Prata, para a segurança dos súditos que habitavam aquelas regiões e para a proteção de seus interesses comerciais (9).

A posição da Inglaterra de início era favorável às Repúblicas Sul-Americanas, o que concordava por um lado com as idéias liberais e progressistas da Inglaterra e também assim tornava-se possível a criação de novos centros comerciais nas referidas repúblicas.

Assim foi que Lord Palmerston, secretário de Estado das Relações Exteriores de Sua Majestade Britânica, escreveu em 31 de outubro de 1840, uma nota dirigida ao ditador França (10), solicitando livre entrada para Richard Bannister Hughes,

(7). — Correspondência vária em RB I 30, 6, 91; Rengger y Longchamp, *Ensayo Histórico sobre la Revolución del Paraguay y el Gobierno Dictatorio del Doctor Francia*. Paris 1928, pág. 126.

(8). — Francisco Wisner, *El Dictador del Paraguay José Gaspar de Francia*. 2a. Edición. Buenos Aires 1957, págs. 115-116.

(9). — John Le Long, *Les Républiques de la Plata et la Guerre du Paraguay. Le Brésil*. Paris, 1869. Le Long, por exemplo, indica o número dos franceses que viviam no Prata em 1867 como mais de 85.000. Porém dos outros países europeus não viviam tantos súditos aí.

(10). — Lord Palmerston ao governo do Paraguai, London, 31-10-1840, RB I-29, 23, 26; H. Sanchez Quell, *Política Internacional del Paraguay*. Buenos Aires, 1945, pág. 68.

que em nome do governo inglês desejava estabelecer relações comerciais com o Paraguai. A referida nota chegou ao Paraguai em setembro de 1841 (11), isto é, depois da morte do ditador.

Hughes foi o primeiro representante oficial inglês que chegou ao Paraguai. O governo de Buenos Aires não permitiu a Hughes viajar para Assunção como representante oficial da Inglaterra, apesar do pedido da legação britânica em Buenos Aires nesse sentido, de modo que Hughes só pôde viajar como comerciante particular e sob bandeira argentina (12).

Em outubro de 1842 chegou a Assunção o inglês George John Robert Gordon, primeiro ministro da legação britânica do Rio de Janeiro. Fêz a viagem por terra, acompanhado por dois compatriotas, John Bareley e Charles Naylor, passando pelo Uruguai, uma vez que Rosas não lhe permitiu a viagem pelo Rio Paraná, apesar do pedido especial do ministro britânico em Buenos Aires, John Henry Mandeville (13).

Apesar de que a missão que trazia Gordon era de caráter privado, tinha o encargo de recolher para o Governo de Sua Majestade Britânica dados exatos sobre o Paraguai e seu governo, visando estabelecer relações comerciais recíprocas (14).

O governo do Paraguai não resolveu concretizar tratados comerciais por considerá-los ainda prematuros (15). No mesmo ano o já nomeado Mandeville, que desde 1835 ocupou o cargo de ministro plenipotenciário perante as províncias do Rio da Prata (16), felicitou o Governo do Paraguai pela renovação da Declaração da Independência perante o governo nacional (17). Em 1844 escreveu que estava em condições de afirmar que o governo de Sua Majestade Britânica observava com o máximo interesse tudo que dizia respeito ao desenvolvimento e grandeza da República do Paraguai (18). Um ano mais tarde William Gore Ouseley, ministro britânico em Montevidéu, enviou um ministro ou representante diplomático britânico a Assunção (19).

O Paraguai considerava reconhecida sua independência por parte da Inglaterra desde o ano de 1825, pois num tratado co-

(11). — Correspondência vária em ANA, vol. 255 e RB I-29, 24, 5.

(12). — R. B. Hughes ao governo do Paraguai, 1841-1842, RB I-29, 24, 4.

(13). — J. R. Gordon aos cônsules do Paraguai, RB I-29, 24, 4.

(14). — Correspondência ver RB I-29, 24, 4; Mensagem de 1842, ver: Mensajes de Carlos Antonio Lopez. Primer Presidente Constitucional de la República. Asunción, 1931, pág. 6.

(15). — El Paraguayo Independiente, n.º 23, Asunción, 27-9-1845.

(16). — AGNA X, 1, 3.

(17). — ANA, vol. 255.

(18). — J. H. Mandeville a C. A. Lopez, Buenos Aires, 25-8-1844, ANA, vol. 255.

(19). — W. G. Ouseley a C. A. Lopez, Montevidéu, 23-9-1845, ANA, vol. 255.

mercial, assinado em 2 de fevereiro daquele ano entre a Grã-Bretanha e Buenos Aires, o Paraguai não era citado como província da Argentina.

Portanto, desde aquela ocasião o govêrno britânico respeitava a existência do govêrno do Paraguai, e também os súditos ingleses, residentes no Paraguai, estavam excluídos do referido tratado.

De maneira análoga, a soberania do Paraguai foi reconhecida pela França pelo Tratado de Paz de outubro de 1840, entre a França e as Províncias do Rio da Prata. No referido tratado o Paraguai não foi denominado como província do Rio da Prata (20).

O ministro francês perante a confederação Argentina, Alex, Conde de Lurde, ao receber a Declaração da Independência do Paraguai, respondeu que desejava relações regulares com a República, e que escrevia a seu rei naquele sentido (21).

Demersay afirma que o conde Walewski e Deffaudis, que tinham sido enviados à Província do Rio da Prata como representantes da França perante as Províncias do Rio Prata, levavam também uma missão especial para o Paraguai (22).

Em 15 de janeiro de 1846, após ter vencido o bloqueio argentino, chegou em Assunção o navio de guerra francês "Fulton" (23), trazendo a bordo o comandante das fôrças navais anglo-francesas, os Srs. Hotham e Trehouart; Hotham trazia a representação do ministro inglês no Prata, Ouseley, e lançou as bases de um tratado provisório. O Paraguai estabeleceu como condição essencial a promessa de reconhecimento da Independência, assim como a de livre navegação dos rios até Assunção (24).

Ouseley — que desde março de 1845 ocupou o cargo de ministro plenipotenciário era enviado especial de Sua Majestade Britânica perante a Confederação Argentina, e a Banda Oriental do Uruguai (25) — comunicou por nota de 7 de março de 1846, ao govêrno do Paraguai, que estava em vias de ser aprovado pela sua soberana, a rainha da Inglaterra, o reconhecimento formal e solene da sua independência e soberania (26). Ou-

(20). — *El Paraguay Independiente*, n.º 23, 27-9-1845.

(21). — Conde de Lurde aos cônsules do Paraguai, Buenos Aires, 1-11-1843, RB I-30, 6, 93.

(22). — L. Alfredo Demersay, *História Geral do Paraguai desde a sua descoberta até nossos dias*. Rio de Janeiro, 1865, pág. 172.

(23). — C. B. Mansfield, *Paraguay, Brazil, and the Plate*. Cambridge, 1856, pág. 463.

(24). — *El Paraguay Independiente*, n.º 53, 23-5-1846.

(25). — AGNA, X, 1, 3.

(26). — W. G. Ouseley aos Cônsules do Paraguai, Montevidéu, 26-9-1846, ANA, vol. 255.

seley deu a mesma informação aos enviados extraordinários paraguaios, Bernardo Jovellanos e Anastácio Gonzalez, que estavam em Montevideu para defender a posição do Paraguai perante os ministros europeus (27). O que não sucedeu com o ministro francês Deffaudis, que declarou que seu governo não podia reconhecer a independência do Paraguai, enquanto não fôsse esclarecida sua situação com a República Argentina (28).

O Parlamento inglês negou-se a aceitar a proposta de Ouseley, no sentido de reconhecer a independência do Paraguai (29).

Na mesma época, o encarregado dos negócios do Brasil em Assunção, Farias de Albuquerque, informou ao seu governo que o presidente Lopez recebeu com suma satisfação o reconhecimento da Independência da República pela Áustria (30).

O Cavaleiro Macedo, com antecipação, já tinha interposto seus bons ofícios, e o presidente Carlos Antônio Lopez também tinha escrito diretamente ao Imperador da Áustria (31). O resultado de tôdas essas gestões não se fêz esperar, pois em 10 de julho de 1847, foi reconhecida com solenidade a independência do Paraguai, pelo Imperador Ferdinando I da Áustria (32). Com esta atitude, a Áustria não só esperava vantagens para o comércio e a imigração, mas também via uma confirmação dos princípios sustentados no Congresso de Viena, sobre a livre navegação dos rios, problema êste de fundamental importância para o Paraguai (33).

Não concordando com a decisão tomada pelo governo da Áustria, o governo da Argentina protestou perante os países americanos e europeus, afirmando que o Paraguai era uma província argentina (34).

Naquela época, acreditava-se em Assunção que o reconhecimento da independência por parte de Sua Majestade Impe-

(27). — C. A. Lopez ao Barão Deffaudis, Asunción, 22-1-1846, em: Cecillo Báez, *Historia diplomática del Paraguay*. Tomo II. Asunción 1931-1932, págs. 29 e sgtes.

(28). — Barão Deffaudis a C. A. Lopez, Montevideu, 26-9-1846, RB I-30, 6, 92.

(29). — Julio Cesar Chaves, *El Presidente Lopez*. Buenos Aires, 1955, pág. 116.

(30). — Julio Cesar Chaves, *El Presidente Lopez*..., pág. 135.

(31). — C. A. Lopez a Metternich, Asunción, 3-7-1846, ANA, vol. 277.

(32). — *El Paraguay Independiente*, n.º 75, 4-3-1848. Ferdinand I. a C. A. Lopez, Wien, 10-7-1847, ANA, vol. 277.

(33). — M. Alfred de Brossard, *Considerations historiques et politiques sur les Républiques de la Plata dans leur Rapports avec la France et l'Angleterre*. Paris, 1850, pág. 308.

(34). — *La Gaceta mercantil*, Buenos Aires, n.º 7276, 7-2-1848; Arana a Ferdinand I., Buenos Aires, 13-1-1848 em *El Paraguay Independiente*, n.º 80, 16-9-1848; Rosas ao governo da Áustria, Buenos Aires, 19-10-1849, em *El Paraguay Independiente*, n.º 99, 30-11-1850.

rial, a rainha de Portugal, e Sua Majestade o rei de Holanda, estava garantido, apesar de não existir comunicação oficial a respeito. Da mesma maneira pensava-se com relação a Roma, pois o Papa Gregório XVI tinha aceito a proposta do governo da República para a nomeação dos bispos para as dioceses do Paraguai (35).

No ano de 1850 dirigiu-se D. Carlos Antônio Lopez ao governo francês para demonstrar os direitos do Paraguai sobre sua soberania; tratava-se de uma defesa contra as falsas afirmações de Rosas, difundidas em Paris, mas ao mesmo tempo entrevia-se na referida nota, um pedido de reconhecimento da República (36).

Apesar dos esforços intensivos para estabelecer com os países europeus relações diplomáticas diretas, até o ano de 1853 não havia em Assunção nem um representante diplomático europeu acreditado junto ao governo nacional. O ano de 1853 significou para o Paraguai uma nova etapa na história da sua diplomacia.

Já nos fins do ano de 1852 chegou a Assunção, a bordo do “Locust”, Charles Hotham, ministro plenipotenciário de Sua Majestade Britânica que propôs, em nome de seu governo, um tratado de comércio e navegação. Inicialmente foram rechaçadas tôdas as tentativas, pois Francisco Solano Lopez afirmou que o Paraguai encontrava-se em excelentes relações com todos os países sem que para isso fôssem necessários tratados especiais (37).

Um pouco mais tarde chegavam a bordo do “Flambard” os representantes da França e da Sardenha, o Cavaleiro Louis de Saint Georges e o Cavaleiro Marcelo Cerruti, respectivamente (38).

Os enviados extraordinários começavam a reconhecer em nome de seus governos, em forma solene, a independência e a soberania do Paraguai; assim, em 4 de janeiro de 1853, Hotham, em nome de Sua Majestade Britânica, a rainha Vitória (39), em 23 de fevereiro, Cerruti em nome do Reino da Sardenha (40),

(35). — *El Paraguay Independiente*, n.º 75, 4-3-1848; Mensaje del Exmo. Señor Presidente de la República del Paraguay a la Representación Nacional del año 1849. Asunción, 1849, pág. 4.

(36). — C. A. Lopez ao presidente da República francesa, Asunción, 25-12-1850, em: *El Paraguay Independiente*, n.º 100, 28-12-1850.

(37). — F. S. Lopez a Ch. Hotham, Asunción, 29-12-1852, RB I-29, 27, 10.

(38). — C. B. Mansfield, *Paraguay...*, pág. 400.

(39). — ANA, vols. 304 e 306.

(40). — ANA, vols. 304, 306 e 308.

em nome da França Saint Georges (41) e John Pendleton, encarregado de negócios dos Estados Unidos junto a Confederação Argentina, em nome do governo americano (42).

Começaram ao mesmo tempo extensas negociações entre os diversos representantes estrangeiros e o Paraguai, êste por intermédio de seu representante Francisco Solano Lopez, que culminou com a assinatura de um tratado de amizade, comércio e navegação em 4 de março de 1853 (43).

Os pontos mais importantes do referido tratado referiam-se às relações amistosas e pacíficas entre os países comprometidos, e além do mais estabeleciam uma série de determinações sobre o comércio e a livre navegação dos rios desde o Prata até Assunção; considerava também os direitos e as obrigações dos súditos estrangeiros, assim como a proteção dos mesmos.

A assinatura de tão importante tratado com as grandes potências européias significou praticamente o fim do isolamento do Paraguai.

O segundo grande passo para afiançar as relações diplomáticas com a Europa, foi a viagem de Francisco Solano Lopez ao Velho Continente em 1853, levando entre outras, a missão especial de agradecer a cada uma das grandes potências o reconhecimento da independência do Paraguai, e trocar os documentos da ratificação do tratado assinado em 4 de março de 1853. Ao mesmo tempo lhe foi cominada a missão de contratar técnicos e de adquirir maquinários e implementos importantes para o progresso do Paraguai.

O General Lopez chegou em Londres em setembro de 1853 e aí permaneceu até dezembro do mesmo ano.

Além das recepções oficiais perante a Rainha em fins de outubro (44) e começo de dezembro (45), visitou algumas cidades industriais, como Liverpool, Manchester e Glasgow, para estudar as instalações industriais que interessavam ao Paraguai, assim como para realizar as aquisições de implementos e maquinários pertinentes.

O intercâmbio comercial entre o Paraguai e a Inglaterra, que começou então, foi para esta, durante duas décadas, um dos mais importante na América (46).

(41). — ANA, vols. 298, 306 e 21 NE (Nueva Encadernación).

(42). — ANA, vol. 306.

(43). — ANA, vols. 268, 329 e 306.

(44). — Correspondência vária em RB I-29, 27, 11.

(45). — Juan E. O'Leary, *El Mariscal Lopez*. 2a. edición. Madrid 1925, pág. 32.

(46). — Correspondência extensa entre a firma Blyth em Londres e F. S. Lopez em ANA, vols. 255 e 268, assim como RB.

Em Paris foi recebido o jovem general, no final do ano, pelo Imperador Napoleão III em audiência oficial. Na França dedicou-se Lopez ao estudo de assuntos militares e visitas às academias militares, tomou parte também em manobras e paradas (47).

Durante os meses de março e abril de 1854 permaneceu na Côrte do Rei da Sardenha, Vitor Emanuel II (48). Antes e depois desta visita, estabeleceu relações com a Santa Sé, por intermédio do Cardeal Secretário Giacomio Antonelli, para discutir sobre diversos pontos de importância para a igreja paraguaia. Por diversas razões, não lhe foi possível conseguir uma audiência com o Santo Padre (49).

Em Madri encontrou Lopez uma série de dificuldades. Apesar do desejo especial de D. Carlos Antônio Lopez de estabelecer as relações entre o Paraguai e a Espanha, países unidos pela identidade de idiomas, religião e costumes (50), o governo espanhol não tinha reconhecido ainda formalmente a independência do Paraguai. Todas as negociações entre o General Lopez e o Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Angel Carderon de la Barca, visando a realização de um tratado de paz e amizade, não tiveram êxito, pois a Espanha exigiu a devolução dos bens que tinham pertencido à Corôa espanhola, e por não reconhecer a perda da cidadania espanhola, aos filhos de súditos espanhóis nascidos no Paraguai (51). Em 11 de novembro de 1854 empreendeu Francisco Solano Lopez, de Bordéus, a viagem de retorno à sua pátria, a bordo do novo navio de guerra paraguaio "Taquarí", construído na Inglaterra. Nesse mesmo período, realizaram-se as primeiras nomeações de representantes diplomáticos de países europeus no Paraguai, assim como de diplomatas paraguaios nas principais capitais da Europa. Além das relações diplomáticas, desenvolveu-se também um intenso intercâmbio comercial com a França, Inglaterra, Sardenha, Portugal, Bélgica, Prússia e a Cúria em Roma.

(47). — O fato do General Lopez ter assistido como observador militar a guerra da Criméia em 1854, como afirma Porter Cornelio Bliss baseado em outros escritores na sua *História Secreta da Missão do Cidadão Norte-Americano Charles A. Washburn junto ao Governo da República do Paraguai*, pág. 103, ainda não foi comprovado. Ver também: Carlos A. Washburn, *História do Paraguai com notas e observações pessoais e reminiscências de algumas dificuldades diplomáticas*. Buenos Aires, 1892, pág. 105.

(48). — Ver correspondência RB I-29, 26, 2.

(49). — Ver correspondência RB I-29, 26, 2.

(50). — C. A. Lopez a Isabela II. Asunción, 18-5-1853, ANA, vols. 287 e 306.

(51). — RB I-29, 26, 14; *Semanário*, n.º 77, Asunción, 30-12-1854 e n.º 78, 27-1-1855; H. Sanches Quell, *Política...*, págs. 144 e sgtes.

Napoleão III nomeou em 3 de maio de 1853, o Cavaleiro de Moyne (52), primeiro enviado extraordinário e ministro plenipotenciário perante o governo do Paraguai, que tinha fixado sua sede em Buenos Aires (53), e que em novembro do mesmo ano enviou suas cartas credenciais sem no entanto jamais ter ido pessoalmente a Assunção.

Na capital da República a agência consular francesa foi entregue ao Cônsul Conde Lenieu de Brayer, substituindo assim Eugène Guillemont, que era o encarregado da referida agência desde março de 1853 (54). Guillemont permaneceu algum tempo ainda em Assunção como vice-cônsul, para logo mais voltar a Paris (55).

Durante a atuação de Brayer sucederam os conhecidos feitos relacionados com a colônia Nova Bordéus. Solano Lopez tinha assinado em Paris com o agente Naviero, de Bordéus, um contrato sobre a remessa ao Paraguai de oitocentos a novecentos agricultores franceses (56). Dêste número previsto chegaram ao Paraguai quatrocentos, que foram instalados a seis milhas da Capital, no Chaco, à margem direita do Rio Paraguai, lugar onde, anteriormente, tinha-se instalado a redução do padre Amâncio Gonzalez Eschar (57). Logo surgiram sérias divergências com os colonos, que afirmavam terem sido instalados numa região pouco propícia à agricultura e terem recebido tratamento pouco adequado por parte do governo paraguaio. Na realidade, o escasso adiantamento atingido pela dita colônia deveu-se ao não cumprimento do contrato assinado em Bordéus, pois os imigrantes escolhidos foram indivíduos pouco qualificados e das quatrocentas pessoas que chegaram ao Paraguai, somente oitenta e seis eram verdadeiros agricultores. Diversos colonos fugiram para o interior do Chaco, onde perderam suas vidas lutando, ou contra os indígenas, ou contra os animais selvagens. Outros, ao fugirem, foram aprisionados e para evitar uma debandada, estabeleceu-se a pena de morte para aqueles que fugissem. Este conflito, que produziu uma intensiva troca de notas entre o conde de Brayer, que defendia seus compatriotas, e o governo paraguaio, gerou muitos comentários na imprensa americana e européia, comentários geralmente desfavoráveis ao

(52). — Napoleon III, Paris, 24-5-1853, ANA, vols. 279, 280 e 306.

(53). — ANA, vol. 299.

(54). — RB I-30, 7, 39.

(55). — ANA, vol. 299; *Semanário*, n.º 68, 28-10-1854.

(56). — Tratado de 15-9-1854 [em *Semanário*, n.º 133, 10-3-1856].

(57). — Decreto de 14-5-1855 em ANA, vol. 314.

Paraguai. O governo dissolveu a colônia (58), perdoou as dívidas que os colonos tinham perante aquêlê govêrno (59), liberou-lhes a saída do país. A maioria estabeleceu-se na Argentina (60). O conde de Brayer abandonou o Paraguai em novembro de 1856, dirigindo-se a Pôrto Rico (61). Só no ano de 1858, sob a atuação do novo cônsul Brossard, chegou-se a um acôrdo definitivo sobre êste assunto. O Paraguai pagou 9.615 pesos, mas não reconheceu as exigências do govêrno francês (62).

Ao ministro plenipotenciário francês Le Moyne sucedeu, em igual caráter, M. Charles Lefebvre de Becour, que fixou sua residência no Paraná (63). Em Assunção sucedeu a Brayer o cônsul Alfred de Brossard (64).

Até a chegada dêste a Assunção, ficou encarregado dos negócios do consulado francês, durante um ano, o cônsul inglês Henderson. Brossard (65), permaneceu como cônsul francês até setembro de 1861, sendo substituído por Gustave Izarié, que somente foi reconhecido como encarregado interino do consulado francês (66).

Foram chanceleres do dito consulado, em 1850, Pierre Varraz (67), e mais tarde desde o mesmo ano até 1867, Monsieur Parcour (68).

Sob proposta e a pedido do general Lopez, foi nomeado em fevereiro de 1855, como representante do Paraguai em Paris, e com o caráter de cônsul geral, Henri A. Laplace (69). Êste representou os interesses comerciais do Paraguai na França e dedicou-se de maneira muito especial e por meio da imprensa, em difundir por tôda a Europa o conhecimento do Paraguai. Suas ininterruptas informações quinzenais, enviadas ao ministro de Relações Exteriores do Paraguai, significam um resumo

(58). — Decreto de 29-12-1855 em *Simple historia de la ex-colonia francesa en el Paraguay por un francés bien informado*. Asunción, 1856.

(59). — Decreto de 13-6-1856.

(60). — Detalhes em Efraim Cardozo, *Paraguay...*, págs. 136 e 152; Julio Cesar Chaves, *El Presidente Lopez...*, págs. 235-241; ANA, vol. 299.

(61). — Comte de Brayer a Vazquez, Asunción, 31-10-1856, ANA, vol. 299; H. Laplace a Vazquez, Paris, 7-8-1857 e 7-9-1857, ANA, vol. 299.

(62). — Protocolo de 12-2-1858, ANA, vols. 300 e 324.

(63). — Decreto de nomeação por Napoleão III, Paris, 2-5-1856, ANA, vols. 306 e 299.

(64). — Decreto de nomeação por Napoleão III, Paris, 25-3-1857, ANA, vol. 299.

(65). — A. de Brossard a F. Sanchez, Asunción, 15-9-1861, ANA, vol. 302.

(66). — G. Izarié a F. Sanchez, Asunción, 24-9-1861; F. Sanchez a G. Izarié, Asunción 28-9-1861; F. Sanchez a C. Calvo, Asunción, 5-11-1861, ANA, vol. 302.

(67). — P. Varraz a Vazquez, Asunción, 15-11-1858, ANA, vol. 320.

(68). — A. de Brossard a F. Sanchez, Asunción, 3-12-1860, ANA, vol. 301.

(69). — J. Falcon ao Ministério de Relações Exteriores de França, Asunción, 10-2-1855, RB I-30, 26, 28; J. Falcon a H. Laplace, Asunción, 10-2-1855, RB I-29, 30, 15.

interessante dos esforços realizados pelo dito senhor para intensificar ainda mais as relações já existentes entre o Paraguai e os países europeus.

Laplace atuou primeiro como cônsul honorário (70), mas posteriormente foi-lhe conferida uma renda anual de 1.000 pesos. No ano de 1861 foi destituído, porque o govêrno nacional não concedeu o aumento da dita renda e também porque entre o consulado e o encarregado de negócios do Paraguai em Paris surgiram divergências de opinião (71).

Em janeiro de 1863 foi nomeado Louis Tenré para sucedê-lo no cargo (72), depois que este e um tal Punaut, do Ministério de Relações Exteriores, fizeram, com antecedência, tentativas inúteis para obter o referido cargo (73).

Em 1868 estabeleceu-se um novo consulado do Paraguai em Bordéus, cargo ocupado por Jules Fouché (74). Este cargo também foi alvo de várias pretensões, entre as quais as de Francis Dupin (75) e M. Dehel (76).

As solicitações apresentadas por J. B. Risso (77) e Augusto Ghirlanda (78) para a criação de consulados em Nice e Marseilha foram desprezadas.

A partir de 1860 existiu uma legação do Paraguai em Paris e o seu primeiro encarregado foi o conhecido publicista argentino Carlos Calvo (79), que recebeu confirmação do cargo pelo novo govêrno da república no ano de 1862 (80). Mas, no ano de 1864, por motivo idêntico ao de Laplace (81) teve que entregar o referido cargo a Cândido Bareiro (82).

Bareiro foi transferido mais tarde, temporariamente, para Washington, para realizar uma missão especial (83).

(70). — H. Laplace a Vazquez, Paris, 24-5-1860, ANA, vol. 300.

(71). — F. Sanchez a H. Laplace, Asunción, 15-4-1861, ANA, vol. 301.

(72). — Patente de nomeação por F. S. Lopez, Asunción, 3-1-1863, ANA, vol. 334; C. Calvo a Drouyn de Lhuys, Paris, 24-2-1863, ANA, vol. 303; J. Berges a Drouyn de Lhuys, Asunción, 5-1-1863, RB I-22, 11, 1.

(73). — L. Tenré a C. Calvo, Paris, março e setembro, 1862, ANA, vol. 302.

(74). — Gregório Benítez, Anales Diplomáticos y Militares de la Guerra del Paraguay. Tomo I. Asunción, 1906, pág. 192.

(75). — F. Dupin a C. Calvo, Bordeaux, 15-6-1863, ANA, vol. 303.

(76). — Dehol a J. Berges, Paris, 19-11-1863, RB I-29, 31, 17.

(77). — Avigdor a C. Calvo, Nizza, 4-2-1861, RB I-29, 35, 18.

(78). — A. Ghirlanda a J. Berges, Marselle (24-11-1863), RB I-30, 23, 101.

(79). — Nomeação por C. A. Lopez, Asunción, 14-2-1860, ANA, vol. 300.

(80). — F. S. Lopez, Asunción, 1862, ANA, vol. 300.

(81). — J. Berges a C. Calvo, Asunción, 21-3-1864, RB I-22, 11, 1.

(82). — J. Berges a C. Bareiro, Asunción, 24-6-1864, ANA, vol. 303.

(83). — J. Berges a C. Bareiro, Asunción, 24-3-1867, RB I-22, 12, 87.

Como secretário de ambos os encarregados atuou Gregório Benítez que já, durante a estadia de Lopez na Europa no ano de 1853, tinha sido seu secretário (84).

Em julho de 1863 chegou a Assunção o novo cônsul da França, Richard, conde de Laurent Cochelet, com sua família (85) para substituir a Izarié que foi enviado a Pernambuco no mesmo cargo (86).

O ministro acreditado perante o govêrno nacional, Lefebvre de Becour, vistou o Paraguai em agosto de 1862 para renovar o tratado subscrito em 4 de março de 1853 (87). Finalmente, meses depois, em 4 de março de 1863, foi firmado o referido tratado por Francisco Solano Lopez e Becour, acontecimento que já tinha sido resolvido por ambos países, em 9 de outubro de 1862 (88).

Durante a guerra as atividades do cônsul Cochelet resumiram-se em proteger os interesses de seus compatriotas e por tal motivo foram destacados até o Quartel General paraguaio vários secretários de legação para tratar pessoalmente com o marechal Presidente; assim, em novembro de 1865, foi enviado Monsieur de Vernouillet (89). Em outubro de 1866, o visconde de Beaumont (90), e em setembro de 1868, Monsieur de Kerjégú (91).

Em outubro de 1867 abandonaram o país o cônsul Cochelet e sua família, assim como seu chanceler consular Parcour. Uma troca de diplomatas destinada a Assunção tornou-se sumamente difícil, devido ao bloqueio do rio pelos brasileiros; assim foi que o sucessor de Cochelet, o Barão de Bourgueney, não pôde chegar até Assunção (92).

Finalmente, no mês de outubro, chegaram o cônsul Paul de Cunerville e seu chanceler Gustave, barão de Libertat, depois de atravessarem as linhas de combate dos aliados e dos paraguaios. Nessa mesma época tomou posse de seu cargo, em Buenos Aires, o novo encarregado de negócios franceses para o Paraguai, Léon Noel (93).

(84). — Carlos R. Centurion, *Historia de las Letras Paraguayas*. Tomo I Buenos Aires, 1947, pág. 274.

(85). — *Semanário*, n.º 477, 13-6-1863 e n.º 480, 4-7-1863.

(86). — ANA, vol. 320.

(87). — ANA, vol. 302.

(88). — ANA, vols. 302 e 303.

(89). — Richard F. Burton, *Letters from the Battle-Fields of Paraguay*. London, 1870, pág. 329; *Semanário*, n.º 604, 18-11-1865 e n.º 605, 25-11-1865.

(90). — Beaumont a J. Berges, Paso Puçú, 17-10-1866, ANA, vol. 303.

(91). — Richard F. Burton, *Letters...*, pág. 330.

(92). — L. Cochelet a J. Berges, Asunción, 15-4-1867, RB I-30, 3, 47.

(93). — L. Noel a J. Berges, Buenos Aires, 20-3-1867, RB I-30, 3, 45; J. Berges a L. Noel, Asunción, 24-3-1867, RB I-22, 11, 1.

O barão de Libertat foi prêso de 1868, sob suspeita de uma conspiração contra o Marechal Presidente (94), acontecimento que provocou sérias dificuldades com os representantes franceses. O barão de Libertat, assim como Cuverville conseguiram abandonar o país naquele mesmo ano.

Os cônsules franceses foram encarregados dos interesses dos britânicos a partir de 1895 (95), uma vez que a partir daquela época não existia representação britânica em Assunção. Foi o consulado francês que se encarregou, ademais, dos interesses italianos que existiam na República (96).

As relações comerciais com o Reino Britânico foram particularmente intensas. A maioria das transações comerciais realizaram-se por intermédio da firma John & Alfred Blyth de Londres, que também se encarregavam de contratar técnicos e especialistas para a incipiente indústria paraguaia.

Durante a estadia do General Lopez em Londres foi nomeado cônsul do Paraguai Benjamin Green (97), enquanto que em Assunção foi reconhecido como cônsul inglês Charles A. Henderson (98), que em novembro daquele ano tinha chegado à capital (99).

Nos anos seguintes surgem na Inglaterra uma série de dificuldades. O ministro britânico William Dowgall Christie, que tinha visitado o Paraguai no ano de 1857 por pouco tempo (100), realizou em junho de 1858 gestões para renovar o tratado de 1853, que caducaria em 1860, e para assinar um novo tratado de amizade, comércio e navegação.

Pretendeu realizar tais gestões negociando diretamente com o Presidente, e não com o ministro de Relações Exteriores, razão pela qual surgiram diferenças insolúveis, de modo que Christie saiu do Paraguai depois de três semanas, sem ter logrado seus fins (101).

No ano de 1859 Santiago Constatt, juntamente com outras pessoas, foi feito prisioneiro sob a acusação de ter participado duma conspiração contra a segurança do Estado, assim como

(94). — L. Schneider, *Der Krieg der Triple-Allianz gegen die Regierung der Republik Paraguay*. Band III. Berlin, 1872, pág. 30.

(95). — George Frederick Masterman, *Seven eventful years in Paraguay, a narrative of personal experience amongst the Paraguayans*. London, 1869, pág. 127.

(96). — L. Cochelet a J. Berges, Asunción, 8-4-1865, ANA, vol. 303.

(97). — F. S. Lopez a C. A. Lopez, Paris, 6-6-1854, RB I-29, 28, 19 e I-29, 26, 4.

(98). — Decreto de 24-10-1854, RB I-29, 31, 5.

(99). — Ministério de Relações Exteriores, Asunción, 29-11-1854, ANA, vol. 308.

(100). — *Semanário*, n.º 187, 10-10-1857.

(101). — Alfred M. du Graty, *La République du Paraguay*. Bruxelles, 1862, págs. 82 e sgtes; *Semanário*, n.ºs 352-362.

do seu Presidente. Os protestos e as exigências apresentadas pelo cônsul inglês Henderson, em favor do duvidoso cidadão inglês, deram lugar a uma copiosa correspondência entre o cônsul e o Ministério de Relações Exteriores, dados êsses muito conhecidos; publicá-los aqui em detalhe seria distendermos em demasia êste trabalho (102).

No dia 21 de novembro do mesmo ano houve uma discussão nos estaleiros de Buenos Aires, que se transformou em um escândalo internacional: o caso Constatt. Aconteceu que o navio de guerra paraguaio "Taquarí" que transportava o general Francisco Solano Lopez, que tinha terminado sua mediação entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, foi atacado por ordens expressas do almirante inglês Lushington pelos navios de guerra britânicos "Grappler" e "Buzzard" (103).

Para resolver os assuntos pendentes com a Inglaterra, o governo paraguaio enviou a Londres Carlos Calvo. Êste, apesar de várias tentativas, não foi recebido pelo Primeiro Secretário de Estado das Relações Exteriores de Sua Majestade Britânica, Lord Russell, pois o governo do Paraguai tinha rechasado até então a entrega de uma indenização para Constatt (104). Carlos Calvo, para tentar chegar a uma solução, não só estabeleceu estreitas relações com Lord Wodehouse, secretário de Russell, mas também interessou a Flehault de la Billarderie (105), Ministro da França em Londres, e Dallas, Ministro norte-americano perante a mesma corte (106). Da mesma maneira pediu ao ministro inglês em Paris, Lord Coreley, sua mediação. Dirigiu-se à imprensa e manteve ao par de suas atividades o ministro das Relações Exteriores da França, Douyn de Lhuys e Theuvenal.

Como consultores jurídicos, prestaram-lhe sua colaboração o Dr. Robert Phillimore, advogado do Almirantado britânico que trabalhou com os advogados Benjamin George Lake e Kendall (107). Da mesma maneira que no caso das colônias

(102). — Detalhes ver em *Semanário*, n.º 300, 12-12-1859. N.º 458, 14-10-1862; *Question Canstatt. Documents officiels échangés entre la Légation de la République du Paraguay et le Gouvernement de sa Majesté Britannique, sur la dite question, encore pendante*. Besançon, 1861; *A Statement of the facts of the controversy between the governments of Great Britain and Paraguay and opinion of Robert Phillimore Thereupon*. Washington, 1860; Julio Cesar Chaves, *El Presidente Lopez...*, págs. 276 e sgtes.

(103). — Detalhes ver em: *Question Anglo-Paraguayenne*. Paris, 1860, págs. 114 e sgtes; L. Schneider, *Der Krieg...* Band III, págs. 183 e sgtes.

(104). — Correspondência extensa em ANA e RB.

(105). — RB I-30, 27, 75.

(106). — RB I-29, 36, 46.

(107). — *Archives Diplomatiques, Recueil de Diplomatie et d'Histoire*. Tome deuxième. 2e Année. Paris, 1862, págs. 408 e sgtes.

francesas em 1856 (108), temeu-se por parte do inimigo uma solução pela força armada, com uma invasão por água e por terra (109). Finalmente, o governo inglês recomendou ao seu ministro em Buenos Aires, Edward Thornton a realização de conversações diretas com o Presidente Lopez (110). Assim chegou-se ao acôrdo de 23 de abril de 1862, subscrito mais tarde, em 14 de outubro, por Francisco Sanchez e Willian Dória, encarregado dos negócios de Sua Majestade Britânica perante a Confederação Argentina (111). A rainha da Inglaterra sancionou o referido acôrdo (112) e dessa maneira ficaram restabelecidas as relações diplomáticas entre a Grã-Bretanha e o Paraguai.

Como consequência do dito acôrdo foi reconhecido Carlos Calvo como encarregado dos negócios do Paraguai em Londres (113), uma vez que Thornton foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário perante o Governo da República do Paraguai (114).

Thornton, que foi recebido em audiência pelo Presidente Francisco Solano Lopez em agosto de 1864, desenvolveu um papel preponderante quando, conjuntamente com o Ministro de Relações Exteriores da Argentina, Elizalde, e o plenipotenciário brasileiro Saraiva, tentou intervir no conflito interno do Uruguai (115). Mais tarde foi nomeado Ministro Britânico no Rio de Janeiro como sucessor de Christie (116).

Durante a guerra demonstrou a Inglaterra grande interesse pelos acontecimentos do Paraguai. Chamou, por exemplo, com intensidade a atenção do mundo inteiro para a publicação, no início do ano de 1866, do texto do tratado da Tríplice Aliança, redigido contra o Paraguai. O referido texto foi comunicado de forma reservada ao Encarregado dos Negócios Ingêles em Montevideu Russell, pelo Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Carlos de Castro (117).

Por disposição do Ministério de Relações Exteriores de Sua Majestade Britânica, Lord Stanley enviou o ministro inglês de Buenos Aires ao Secretário da Legação Gould a bordo do navio

(108). — C. Calvo a F. Sanchez, Paris, 20-7-1861 em: *Archives Diplomatiques...*, pág. 461.

(109). — Vazquez a H. Laplace, Asunción, 10-10-1859, ANA, vol. 300.

(110). — C. A. Lopez a C. Calvo, Asunción, 20-4-1862, ANA, vol. 302.

(111). — C. Calvo a J. Berges, Paris, 5-4-1863, ANA, vol. 303.

(112). — ANA, vol. 303; RB I-30, 13, 18; *Semanário*, n.º 458, 31-1-1863.

(113). — 22-1-1863, ANA, vol. 255.

(114). — Lord Russell ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, Londres, 7-11-1863, ANA, vol. 255.

(115). — Carlos R. Centurion, *Historia...*, pág. 253.

(116). — L. Schneider, *Der Krieg...* Band I, págs. 178 e segtes.

(117). — L. Schneider, *Der Krieg...* Band II, págs. 82 e segtes.

de guerra “Dotorel” ao Paraguai, para resolver no Quartel General sôbre a saída dos súditos ingleses (118). Gould deteve-se primeiramente no Quartel General aliado (119) e procurou de maneira particular realizar negociações entre o Paraguai e os aliados.

Um ano mais tarde ofereceu, em forma oficial, Lord Stanley a Gregório Benitez, chefe da Legação do Paraguai em Paris, a mediação da Inglaterra junto aos Aliados, proposta que não pôde ser aceita por Benitez por falta de instruções (120), mas este solicitou a mediação inglesa junto ao governo do Brasil no que se referia à livre navegação das vias pertencentes à bacia do Prata (121).

Durante sua estadia na Europa, Solano Lopez visitou também o Reino da Sardenha. Já naquela época nomeou, a pedido do Reino, a Alessandro Favale, cônsul paraguaio em Gênova (122). Mas o referido cônsul não correspondeu à confiança depositada nele, pois não realizou nem um esforço para estabelecer um comércio entre o Paraguai e a Itália (123). Durante os dez anos de sua atuação, só apareceu uma vez por ter organizado em 1855 uma imigração italiana para o Paraguai. Sua idéia de criar uma colônia italiana no Paraguai não se realizou e a maioria dos imigrantes permaneceu na Argentina (124).

Como encarregado dos negócios da Sardenha no Paraguai foi nomeado Marcelo Cerruti, que já ocupava o cargo de Encarregado dos Negócios e Cônsul Geral no Brasil (125).

Cerruti permaneceu em tal caráter até 1860 (126). Ulisse Barbolani foi nomeado sucessor de Cerruti em 1862, mas com o caráter de Ministro Plenipotenciário, fixou residência em Montevideu e apenas em 1866 visitou o Paraguai, para fazer entre-

- (118). — Goul a G. B. Mathew, Curupaití, 18-8-1867, em *River Plate* Nr. 1 (1868). *Correspondence respecting Hostilities in the River Plate*.
- (119). — Gould an G. B. Mathew, Itapirú, 15-8-1867, em *River Plate*...; J. E. Wappäus, *Die Republick Paraguay geographisch und statistisch dargestellt*. Leipzig 1867, pág. VIII; L. Schneider, *Der Krieg*... Band I, apêndice, págs. 93-95.
- (120). — G. Benitez a Lord Stanley, Paris, 2-4-1868 em Claude de la Poëpe, *La Politique du Paraguay identité de cette Politique avec celle de la France et de la Grande-Bretagne dans le Rio de la Plata*. 3ème Edition. Paris, 1869, pág. 339.
- (121). — G. Benitez a Lord Stanley, Paris, 13-3-1868 em Claude la Poëpe, *La Politique*..., pág. 343.
- (122). — General Dabormina a F. S. Lopez, Turim, 2-4-1854 e 4-4-1854. RB, II-29, 26, 2.
- (123). — J. Berges a A. Favale, Asunción, 6-10-1864, RB I-22, 11, 1.
- (124). — *Semanário*, n.º 171, 11-4-1857.
- (125). — Gal. Dabormina ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, Turim, 30-7-1854, ANA, vol. 277.
- (126). — Gal. Dabormina ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, Buenos Aires, 24-2-1860, ANA, vol. 277.
- (127). — R. U. Barbolani ao governo paraguaio, Montevideu, 4-3-1865, RB I-30, 5, 4.

ga de suas credenciais (127). Desde 1867 foi Luigi Joannini Cera, conde de San Michele, Encarregado dos Negócios da Itália perante o govêrno do Paraguai (128). Nessa mesma época foi nomeado Lorenzo Chapperon, Cônsul italiano em Assunção (129), que sòmente pôde chegar a capital em começos de 1868 (130). Chapperon, além de representar também os interesses dos súditos da Prússia (131), esforçou-se durante a guerra de maneira permanente, junto com seu colega francês, pela defesa e segurança dos estrangeiros residentes na República.

Ao ausentar-se do Paraguai o ministro Washburn confiou a Chapperon dinheiro e outros valores que estrangeiros tinham depositado na sua legação, ao abandonarem a República (132). Posteriormente Chapperon foi acusado de se ter apropriado de tais bens (133) e por tal razão foi assassinado em Buenos Aires por um compatriota (134).

Desde 1852 teve Portugal como representante perante a República do Paraguai, o encarregado de Negócios Leonardo de Souza Leite, que tinha fixado residência em Montevidéu (135). Como cônsul de Sua Majestade el-Rei de Portugal, atuou desde 1854 Francisco José Corrêa Madruga. Durante uma viagem dêste à Europa (136), o consulado foi entregue a Antônio Augusto Vasconcelos (137), que em março obteve seu **exequatur** como vice-cônsul de Portugal (138).

Quando em 1865 Madruga abandonou o Paraguai, o consulado foi entregue a José Maria Leite Pereira (139). Vasconcelos protestou contra aquela determinação, pois considerou-se sucessor legal do cônsul cessante (140). O Encarregado dos Negócios também não estava de acôrdo com a determinação tomada por Madruga (141). Sòmente dois anos mais tarde, em 1868, declarou o govêrno nacional, que não reconhecia mais a Leite Pereira como cônsul de Portugal (142). Êste tinha-se refugiado

(128). — San Michele a J. Berges, Buenos Aires, 4-9-1867, RB I-30, 6, 61.

(129). — Pompeo de Campello a J. Berges, Firenze, 25-9-1867, RB I-30, 11, 23.

(130). — L. Chapperon a J. Berges, Asunción, 4-2-1868, RB I-30, 6, 62.

(131). — L. Schneider, *Der Krieg...* Band III, apêndice, pág. 124.

(132). — Washburn a L. Caminos, Asunción, 9-9-1868, RB I-30, 11, 6.

(133). — José Bernardino Bormann, *História da Guerra do Paraguai*. Tomo III. Curitiba, 1897, pág. 95.

(134). — L. Schneider, *Der Krieg...* Band III, pág. 232.

(135). — N. Vazquez a Leite Azevedo, Asunción, 20-1-1856, RB I-29, 30, 44.

(136). — C. Madruga a N. Vazquez, Asunción, 13-3-1860, RB I-29, 36, 23.

(137). — J. Berges a C. Madruga, Asunción, 14-6-1864, RB I-22, 11, 1.

(138). — *Semanário*, n.º 519, 2-4-1864; RB I-22, 11, 1.

(139). — C. Madruga a M. Gonzalez, Asunción, 10-11-1865, RB I-30, 13, 37.

(140). — A. Vasconcellos, Asunción, 13-8-1866, RB I-30, 13, 37.

(141). — Leite Azevedo a Vasconcellos, Montevidéu, 26-10-1867, RB I-30, 5, 41.

(142). — G. Benítez a Leite Pereira, Asunción, 16-6-1868, RB I-22, 11, 2.

com a esposa na Legação Norte-Americana, quando tentavam prendê-lo por suposta conspiração (143). Em 11 de novembro foi feito prisioneiro e em 17 de dezembro fuzilado. Por decreto do Governo cancelou-se também o **exequator** ao cônsul Vasconcelos, a quem se acusava de estar de acôrdo com o inimigo (144).

As relações diplomáticas com a Bélgica iniciaram-se muito mais tarde, apesar de ter declarado D. Carlos Antônio Lopez em sua mensagem ao Congresso Nacional de 1854 (145), que Sua Majestade, o Rei da Bélgica tinha nomeado Ministro Plenipotenciário ao Cavaleiro Lonnoy, que tinha fixado sua residência em Montevidéu. Mas somente em 1862 iniciaram-se as primeiras conversações, sôbre a assinatura de um tratado comercial entre o Paraguai e a Bélgica, entabuladas entre Carlos Calvo e o Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário da Bélgica em Paris, Jirmin Rogier (146). Apesar do grande interesse demonstrado por ambas partes pelo projeto do tratado, este não chegou a realizar-se. Somente em 1894 chegou-se a assinar um tratado semelhante (147). Continuando, enviou o governo do Paraguai o coronel Alfredo du Graty (148) como Encarregado de Negócios à Bélgica. Du Graty era belga de nascimento mas, mais tarde, adotou a cidadania argentina. Teve que esperar mais de um ano, antes de ter sido reconhecido pelo governo da Bélgica como representante oficial do Paraguai. Mas enquanto isso atuou de forma extraordinária na Bélgica, Holanda e também na Alemanha, procurando estabelecer um intercâmbio comercial entre os referidos países e o Paraguai. A pedido seu foi nomeado em 1864 Encarregado dos Negócios perante Sua Majestade, o Rei da Prússia e assim começou sua atuação em Berlim. Com a anuência do governo do Paraguai nomeou cônsules nos centros comerciais mais importantes da Bélgica.

O início das relações com a Prússia remonta ao ano de 1855, com a nomeação de Friedrich von Gülich como representante do Rei da Prússia junto ao governo do Paraguai (149).

(143). — Washburn a G. Benítez, Asunción, 22-6-1868 em *Semanário*, n.º 743, 19-7-1868.

(144). — Decreto de F. S. Lopez, San Fernando, 20-7-1868, RB I-30, 28, 26.

(145). — Mensaje del Exmo. Sr. Presidente de la República del Paraguay a la Representación Nacional, Asunción, 14 de março de 1854, pág. 14.

(146). — J. Rogier a C. Calvo, Paris, 19-12-1862, ANA, vol. 303.

(147). — Colección de Tratados Celebrados por la República del Paraguay. Asunción, 1895, pág. 11.

(148). — J. Berges a A. du Graty, Asunción, 21-6-1863, e outra correspondência, RB I-22, 11, 1.

(149). — Ministério de Relações Exteriores, Berlim, 3-2-1858, RB I-29, 35, 20.

Gulich já tinha visitado o Paraguai em 1866, durante uma viagem do Chile a Montevideu, para onde tinha sido enviado (150). Foi reconhecido no ano de 1860 por D. Carlos Antônio Lopez, como representante da Prússia no Paraguai (151). As relações entre o Paraguai e a Prússia desenvolveram-se de maneira muito amistosa.

Nem um ministro estrangeiro visitou o Paraguai com tanta frequência como Gulich; esteve em Assunção em abril e agosto de 1861 (152). Em janeiro de 1862 (153) também, e em junho e novembro de 1864 (154).

Em 1 de agosto de 1860 assinou-se entre o Paraguai e a União Aduaneira Alemã um tratado de amizade, comércio e navegação. O tal tratado foi assinado pelo representante do Paraguai, Francisco Sanchez e por Friedrich von Gulich (155) e teve validade até dezembro de 1865, isto é, enquanto o Rei da Prússia tinha a representação oficial da União Aduaneira Alemã e em tal caráter estava autorizado a assinar tratados (156).

A Prússia não nomeou representantes consulares no Paraguai, somente em Rosário e em Buenos Aires haviam sido estabelecidos consulados da Prússia (157). Apesar das solicitações apresentadas por diversos pretendentes dos mais importantes centros comerciais da Alemanha, o Paraguai não nomeou representantes consulares (158).

Como ponto de comparação, devemos recordar que a Cidade Hanseática de Hamburgo e Bremen, assim como a cidade livre de Frankfurt e o governo da Prússia, mantinham representações consulares em Buenos Aires desde o ano de 1826 (159).

Na referida cidade existia também desde aquela época representações consulares da Sardenha, Suécia e Noruega, Holanda e Bélgica (160). Apenas em 1859 o Grã-Duque de Olden-

(150). — RB I-29, 30, 41.

(151). — *Semanário*, n.º 332, 21-7-1860 e n.º 334, 4-8-1860.

(152). — *Semanário*, n.º 388, 24-8-1861.

(153). — ANA, vol. 320.

(154). — *Semanário*, n.º 531, 25-6-1864.

(155). — Wilhelm II, Berlim, 9-4-1859, RB I-30, 5, 49.

(156). — Alfred M. du Graty, *La République...*, pág. 90.

(157). — Max von Versen, *Reisen in Amerika und der Südamerikanische Krieg*. Breslau, 1872, pág. 212.

(158). — Eduard Weber ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, Hamburgo, 1-8-1855; Gulich, Montevideu, 4-4-1856, RB I-29, 30, 4. O cônsul geral da Prússia a Bonaventura Decoud, Buenos Aires, 8-1-1856, RB I-29, 28, 15; Pedro Fernando Kob a J. Berges, Buenos Aires, 1-10-1864, RB I-30, 4, 10.

(159). — AGNA, X, 1, 10.

(160). — AGNA, X, 1, 10 e X, 1, 5.

burgo, Nikolaus Friedrich Peter, nomeou um seu representante consular em Buenos Aires, também cônsul geral no Paraguai (161).

Alfred du Graty foi nomeado, por decreto de 17 de junho de 1864, Encarregado de Negócios do Paraguai perante a côrte de Berlim (162), e foi recebido em 11 de novembro do mesmo ano pelo rei da Prússia, que o reconheceu em tal caráter (163). Ocupando aquêle posto, encontrava-se em Berlim Gregório Benítez, secretário da legação do Paraguai em Paris com uma missão de caráter comercial e militar (164).

Devemos recordar especialmente a extraordinária atividade de Du Graty em favor de um intercâmbio comercial entre o Paraguai e a Alemanha. Também não podemos esquecer suas múltiplas publicações na imprensa da Alemanha, Austria e Bélgica em favor do Paraguai, sobretudo durante os primeiros anos da Tríplice Aliança.

Para demonstrarmos as múltiplas relações diplomáticas já existentes com os países europeus, especialmente com todos os Estados da Alemanha, é de suma importância recordar que quando Francisco Solano Lopez assumiu a Presidência da República no ano de 1862, recebeu das seguintes potências nota de felicitações: os Países-Baixos, Bélgica, a Rainha da Inglaterra, Napoleão III, Sua Santidade o Papa Pio IX, o Imperador da Austria, o Conselho Federal da Suíça, Noruega-Suécia e Dinamarca (165) e dos seguintes Estados alemães: o rei da Prússia, o rei do Hanover, o rei da Baviera, o rei do Württemberg, o Grão-Duque de Baden, os príncipes de Schwarzburg-Sonderhausen e Schwarzburg-Rudolstadt, Reuss (linha antiga) e Reuss (linha nova), os duques de Sachsen-Altenburg, Sachsen-Meiningen Braunschweig, o Grão-Duque de Sachsen-Weimar, o Kurfürst de Hessen e o Duque de Meiningen (166). Dos Estados escandinavos, o rei da Noruega-Suécia nomeou como seu representante diplomático no Paraguai a Gabriel Manuel Billberg, que chegou em Assunção em 1865, onde apresentou suas credenciais e foi reconhecido pelo presidente em tal caráter. Por tal

(161). — Constant Santa Maria a N. Vazquez; patente por N. F. Peter, Rastedt, 18-8-1859, ANA, vol. 277.

(162). — J. Berges a A. du Graty, Asunción, 21-6-1864, RB I-22, 11, 1; *Semanário*, n.º 531, 25-6-1864.

(163). — A. du Graty a J. Berges, Berlim, 15-11-1864, RB I-30, 3, 62.

(164). — Gregório Benítez, *Anales...* Tomo I, págs. 77 e sgtes.

(165). — RB I-30, 7, 40; I-29, 31, 7; I-30, 9, 3; I-22, 11, 1; ANA, vol. 277.

(166). — *Semanário*, n.ºs 466, 469, 471, 475, 479; ANA, vols. 255 e 277.

circunstância o governo do Paraguai deduziu o reconhecimento da soberania da República por parte de Sua Majestade o rei da Noruega-Suécia (167).

As relações com Santa Sé estavam conturbadas desde os tempos do ditador Frância, que não só abandonou por completo a vida religiosa no Paraguai, como também tratou de impedir que o clero paraguaio dependesse de autoridades estrangeiras (168).

Solano Lopez visitou Roma em março e maio de 1854. Por não lhe ter sido possível conseguir uma audiência com o Santo Padre, Lopez entrevistou-se com o Cardeal secretário Giacomo Antonelli, a quem propôs a nomeação de Juan Gregório Nubietta como bispo auxiliar para o Paraguai (169). Já com antecedência o Papa Gregório XVI, depois de muitas conversações, tinha dado seu consentimento para a nomeação dos bispos Marco Antônio Maiz e Basílio Lopez (170).

A Cúria estava desgostosa com o governo do Paraguai por diversos motivos, especialmente por considerar que o governo do Paraguai se extralimitava nos direitos de assuntos meramente religiosos, entre êstes o de não aceitar a instância jurídica estrangeira, nem autoridades estrangeiras para sacerdotes paraguaios (171).

Em setembro de 1856 chegou a Assunção sua Eminência o cardeal secretário de Sua Santidade, Padre Inácio Victor Ezaguine, para estabelecer conversações com o governo. O Delegado apostólico creditado perante o governo da República foi Marino Marini, arcebispo de Palmira, que tinha fixado sua residência no Paraná e depois em Buenos Aires (172). Em 1864 foi chamado à Roma (173).

Pouco antes de sua morte, D. Carlos Antônio Lopez iniciou importantes conversações com o Delegado Apostólico em Assunção, para tratar de regularizar a situação da Igreja na Diocese do Paraguai. De tal maneira, chegou-se a uma melhoria

(167). — *Semanário*, n.º 155, 4-10-1856.

(168). — Decreto de Frância do ano de 1815 em: Emiliano Gomez Rios, *El Paraguay y su Historia*. Asunción, 1958, pág. 97; Julio Cesar Chaves, *El Supremo Dictador...*, págs. 178 e 305.

(169). — Mensaje del Exmo. Sr. Presidente de la República del Paraguay, Ciudadano Carlos Antonio Lopez, al H. Congreso Nacional reunido en su sala de sesiones el 14 de marzo de 1857. Asunción, 1857, págs. 25-30.

(170). — Antonio Zinny, *Cronología de los Obispos del Paraguay*. Buenos Aires, 1887, págs. 24 e sgtes.

(171). — *Paraguay, a Concise History or its Rise, and Progress; and the causes of the Present War with Brazil*. London, 1867, pág. 26.

(172). — N. Vazquez ao Cardeal Antonelli, Asunción, 26-5-1859, ANA, vol. 277.

(173). — RB I-22, 11, 1.

nas relações com o Vaticano (174). A República não manteve um representante em Roma (175). Pietro Sanpalvesi, perito do Vaticano, que redatou a Bula Papal para a nomeação de Antônio Palácios como bispo coadjutor para o Paraguai, solicitou reiteradas vêzes ser nomeado representante do Paraguai junto a Santa Sé (176), mas nunca conseguiu seu objetivo.

A correspondência com o Vaticano realizou-se por intermédio do Delegado Apostólico ou por meio do Encarregado de Negócios em Paris ou por intermédio da Firma Blyth de Londres.

Para terminar, podemos afirmar que os esforços realizados pelos presidentes Carlos Antônio Lopez e Francisco Solano Lopez para estabelecer relações diplomáticas e comerciais do Paraguai com as potências européias viram-se coroadas de amplo êxito.

Não devemos esquecer que tais relações foram para a República de importância vital, se levarmos em consideração o isolamento de 30 anos imposto pelo ditador França, a situação geográfica do Paraguai como um país centro-continental, e as constantes dificuldades de navegação dos rios Paraguai e Paraná.

O fato dos governos daquele período terem conseguido transpor aquelas dificuldades, deve ser considerado como uns dos êxitos mais grandiosos, assim como um dos feitos mais extraordinários da história política da América do Sul, naquele período.

PETER SCHMITT

(174). — J. Berges ao Cardeal Antonelli, Asunción, 21-4-1864, RB I-22, 11, 1.

(175). — ANA, vols. 303, 331 e 334.

(176). — C. Calvo a J. Berges, Paris, 7-4-1864, ANA, vol. 303.